

3. Os Caçadores do Projeto Nacional Perdido – narrativas de poder entre “Guerreiros Justos” e “Almas Belas” na constituição da identidade política colombiana:

A memória de uma sociedade é constitutiva de sua identidade e, portanto, fundamental no exercício de reimaginar espaços onde a violência é tomada como um fato natural. Aqui entendemos memória como os diferentes sentidos atribuídos às experiências sociais vivenciadas em um espaço através da passagem do tempo (Sánchez, 2006, p.22). Resgatar a memória política, problematizando seus silêncios, é indispensável para assegurar a capacidade da sociedade de imaginar seus “futuros”. Pela reconstrução da memória, o lugar da violência é revisitado e os valores que condenam a sociedade a repetir a história são questionados. A memória é ambivalente, sendo ao mesmo tempo fonte de reafirmação de ódios inconciliáveis e de emancipação pela renegociação de significados históricos. Ou seja, é o espaço do contraditório simbólico, fundamental para a transformação de significados políticos. Na Colômbia, em que as escolhas políticas de hoje parecem condenar todos a reviver os traumas do passado, desconstruir caminhos históricos tomados como neutros e naturais significa um passo na direção de imaginar relações sociais menos violentas e injustas:

En Colombia, donde ‘el pasado no pasa’ porque la guerra no termina, el culto a la memoria es mucho más ambiguo que en estas historias ya consumadas, puesto que puede cumplir una función liberadora, pero puede también producir efectos paralizantes sobre el presente (...). En nuestra historia nacional los ‘odios heredados’, abusando de las funciones de la memoria, sirvieron durante mucho tiempo de encadenantes de nuestras guerras, antes de que se pudiera pasar de la venganza a la política (...). Lo que hay que retomar es un trabajo de crítica de los ideales, valores y principios que han hecho de la guerra la forma dominante de construcción de nuestra identidad nacional, a sabiendas de que las formas en que se asumen todos estos factores son distintas a las planteadas en el pasado. Esclarecerlas es una de las tareas prioritarias que incumbe a los intelectuales de hoy (Sánchez, 2006, p.17-18).

A história de um lugar social se constitui pela exaltação de algumas dimensões da memória e pela marginalização de outras. Os que narram o passado produzem significados que têm implicações no exercício presente do poder e nas possibilidades de realização futura de uma sociedade. Portanto, o resgate da memória é sempre um exercício de poder, questionador ou reproduzidor da ordem vigente. Nessa tese, optamos por apresentar fragmentos da memória

colombiana através do conceito de regimes de representação⁵² desenvolvido por Cristina Rojas (2002). Para nós, o resgate da memória pela representação dos protagonistas da história colombiana tem por objetivo localizar os discursos de poder que constituem a cultura da violência⁵³, bem como discutir o lugar das mulheres nessa cultura. É pela representação que se processa o reconhecimento entre o *self* (“guerreiro justo”) e os outros (“almas belas” e “guerreiros injustos”). As imagens discutidas no capítulo anterior nos permitem entender como, no processo de construção da identidade colombiana, algumas categorias sociais são percebidas como antiéticas à violência, ao passo que outras são entendidas como uma extensão da própria relação violenta.

Nesse capítulo discutimos a continuidade das idéias que constituem a violência política na Colômbia, problematizando as narrativas dominantes sobre nação, civilização e poder político. Partimos da independência, quando as bases culturais do espaço político conhecido como Colômbia são imaginadas por homens, crioulos e letrados. Analisamos o conflito entre liberais e conservadores pelo poder de definir a política colombiana. Discutimos a formação da identidade camponesa no início do século XX e seu impacto nas dinâmicas dos partidos políticos tradicionais na Colômbia. Por fim, questionamos o modelo de organização do espaço rural colombiano, entendendo esses processos sociais como elementos de legitimação de uma cultura política da violência.

3.1. O mito da proteção na invenção da Colômbia – os libertadores da nação e o poder na república crioula:

O processo de construção da identidade política colombiana se dá a partir da dialética entre representações universalistas de civilização e práticas contínuas de violência simbólica, estrutural e direta. A estratégia de representação de um *self* “masculino civilizado”, guardião de valores inegociáveis, legitima o deslocamento do lugar da violência para os corpos dos

⁵² Para a autora, regimes de representação são estruturas de significação, construídas a partir das trocas entre interpretações internas e externas. “A regime of representation is the space of encounter between the past, the present, and the future – the space of encounter between the self and the Other and between selves and the external world” (Rojas, 2002, p. xx).

⁵³ Entendida como o conjunto de mitos, valores, significados e práticas que constituem as relações humanas em um lugar físico ou simbólico a partir da tentativa de dominação, assimilação e destruição da diferença.

outros “incivilizados”. É importante situar a memória histórica que leva os que exercem o poder político hoje na Colômbia a se representarem como “protetores” de um sonho inconcluso de civilização pela destruição de todos identificados como ameaça à “vulnerável” Colômbia.

A história da independência da Colômbia não é muito diferente de outras histórias que deram origem ao que Bull & Watson (1985) chamam de expansão da sociedade internacional, no século XIX⁵⁴. O nacionalismo autóctone, fundamentado pelo ideal moderno de soberania e pelos princípios de igualdade e liberdade da Revolução Francesa, inspira narrativas de emancipação e mobiliza elites e massas na América Latina (Thibaud, 2002, p.34). O espaço territorial colombiano, que se torna independente sob o nome de *Gran Colombia*⁵⁵ (o que hoje compreende o Equador, a Venezuela, o Panamá, além da própria Colômbia), representa a diversidade natural e humana de uma América sonhada no discurso nacionalista. Ou seja, o “sonho” de independência é constituído pela imaginação de um território grandioso e virtuoso a ser libertado do controle e da violência do “outro” masculino ilegítimo. A “alma bela” a ser libertada compreende a ligação entre as partes norte e sul do novo continente, com passagens para o Oceano Atlântico, para o Oceano Pacífico, para o mar do Caribe, englobando ainda as imponentes montanhas andinas e a mítica floresta amazônica. Do ponto de vista humano, as narrativas descrevem um território multirracial, caracterizado pelo processo de miscigenação, onde as raças se encontram em um projeto comum (Granados, 1959, p.8). Dessa forma, as imagens do nascimento de uma nação do futuro, em que as condições naturais favoráveis se unem ao conhecimento filosófico e militar herdado das experiências européias, justificam as violentas batalhas de independência.

No movimento de construção de uma identidade nacional colombiana, a idéia de civilização é central (Rojas, 2002, p.27). Na Colômbia, como nos espaços não-europeus de forma geral, a idéia de nação⁵⁶ é fundada pela necessidade de civilização, de superação das paixões e dos traços selvagens,

⁵⁴ Transposição do modelo de organização política européia (Estado-Nação) para outras partes do mundo.

⁵⁵ Em 17 de dezembro de 1819 é proposta a criação da República da Colômbia por Simón Bolívar, formada pelos departamentos de Cundinamarca (Nueva Granada), Quito e Venezuela. Em 1821, seria a vez do Panamá juntar-se à nova República.

⁵⁶ A nação é construída no discurso moderno com a essência do qual parte todo poder político (Gellner, 1983).

manifestados no egoísmo violento, pelo qual o poder político é conquistado, mantido ou usurpado. O processo de civilização, no discurso nacionalista latino-americano, implica o deslocamento da violência legítima do indivíduo para o corpo coletivo, racional e soberano (Elias, 2000, p.372). Assim, as idéias contratualistas, em especial aquelas iluministas, sobre a relação entre soberania popular, nação e poder político legítimo são constitutivas da identidade da classe política que se apropria da violência em nome da civilização.

A imaginação da independência latino-americana, assim, se realiza dentro dos fundamentos específicos da modernidade europeia. Ou seja, as idéias que servem de base para pensar a separação entre o *self* latino-americano e o “outro” europeu decorrem de uma relação intersubjetiva em que o ideal moderno de civilização soberana é assumido como a resposta aos conflitos entre o que de fato se é e o que se pretende ser (Walker, 1993, p.64). O discurso nacionalista, que condiciona a realização coletiva à emancipação territorial, autoriza a universalização de valores específicos aos grupos sociais dominantes em nome de um projeto de liberdade nacional.

A soberania nacional permite, no discurso moderno assumido pelos independentistas colombianos, resolver as tensões entre significados particulares e universais que impediam a realização da autonomia dos latino-americanos. O direito de pertencer a uma nação independente é concebido como ponto de partida para alcançar o desenvolvimento humano, o progresso e a civilização (Walker, 1993, p.64). O poder de uma minoria privilegiada (homens, brancos e letrados) sobre as práticas e idéias dos grupos diversos que integram o território imaginado como nação se exerce pelas promessas de estabelecimento de um espaço de ordem e bem-estar social. O espaço da civilização pressupõe uma paradoxal relação de rejeição do “outro” opressor, “guerreiro injusto”, e de assimilação das idéias do “outro” emancipador, “guerreiro justo” (Dennis, 2006, p.45). O resultado dessa dinâmica no contexto de independência colombiana é a criação de um conceito específico de identidade nacional, que torna subalterna todas as demais formas de identificação. “The will to civilization resulted from the encounter between metropolitan representations and universalistic and imperial pretensions and from particular meanings that, in an ambivalent manner, opposed and eventually succumbed to these imperial pretensions” (Rojas, 2002, p.6).

A emancipação, entendida como civilização soberana, autoriza a violência contra o “outro”, representante dos ideais de superioridade européia impeditivos da existência autônoma da hispano-América. A identidade do “outro” (espanhol) é construída como incompatível com a autonomia do *self* (colombiano), tornando legítima a violência em nome da emancipação do território de exercício da identidade nacional. Na Colômbia, como em outros espaços coloniais, a ideologia nacionalista e os ideais liberais europeus são apropriados por uma elite local que se reconhece como legítima autora da história da nação colombiana, em nome de um projeto civilizacional (Dennis, 2006, p.94). Embora as narrativas de independência proponham a ruptura com a condição de subordinação política que sustenta a hierarquia entre metrópole e colônia, dimensões do poder nas relações de gênero, de raça e de condição social são mascaradas por um discurso universalista, que reproduz fronteiras claras entre dominantes e dominados. O discurso emancipatório nacionalista significa um novo discurso de poder, que substituiu a dominação espanhola pela dominação crioula⁵⁷, autorizada pelos atributos físicos e intelectuais europeus que continuam a serem tomados como condições de realização da civilização (Rojas, 1995, p.202).

O projeto dessa classe política estabelece fronteiras claras entre os mais civilizados (homens, crioulos e letrados) e aqueles para quem o caminho na direção de relações políticas civilizadas é mais longo. As narrativas dominantes na constituição da nação colombiana identificam uma dificuldade natural (sustentada por teorias científicas e sociais que defendem a hierarquia de raças e de sexos) combinada com um desafio estrutural (o não acesso da maioria da população a textos considerados emancipatórios e a outras culturas ditas superiores). Tais elementos “naturais” e “estruturais” constituem a base legítima de exercício do poder e de utilização da violência pela minoria de homens crioulos e letrados em nome e sobre a maioria das pessoas que viviam no que se compreendia por território colombiano:

The Colombian elite, (...), was small and relatively poor when compared with the elites of other Latin American countries and was generally disposed over a vast expanse of territory. Notwithstanding their limited economic power, this small proportion of the population (six thousand out of three million inhabitants) authored a regime of representation that allowed them to

⁵⁷ Crioulos eram os descendentes de espanhóis nascidos na América.

establish strong boundaries with respect to the rest of the population: they were literati in a country where 90 percent of the population was illiterate; they were creoles, descendents of Spanish parents, where the majority of the people were mestizos, Indians, and blacks; most of them were male, as the educational and legal systems were largely restricted to men (Rojas, 2002, p.62/63).

No discurso dos homens crioulos a hierarquia “natural” não é um problema para a construção de um projeto coletivo de nação. A unidade se estabelece em uma forma de divisão do trabalho, que assegura aos homens crioulos letrados a tarefa de serem os “arquitetos” da sociedade colombiana. “Traveling the road from barbarism to civilization was possible only under the guidance of the ‘only ones possessing’ the qualifications necessary for civilization: the male creole literati” (Rojas, 2002, p.52). Cabe a esses homens crioulos letrados a tarefa de projetar, definir e executar os fundamentos sobre os quais repousam as instituições capazes de minimizar as limitações “naturais” de mulheres, índios, negros, mulatos e mestiços, trazendo-lhes alguma iluminação que contribua para o projeto coletivo de civilização (Dennis, 2006, p.94). Dessa forma, o ideal de civilização, pela razão e pelas armas, restabelece a unidade contestada nas narrativas de superioridade natural e estrutural crioula. Nem todos estão no mesmo estágio de evolução, mas o objetivo de civilização é comum a todos. Essa idéia sustenta o silêncio em relação às experiências e necessidades dos grupos assumidos como menos civilizados e legitima a dominação cultural, política e social da maior parte da população⁵⁸. Alguns poucos se vêem à frente dos demais no conhecimento que conduz à civilização, por suas qualidades naturais e educacionais, e são esses que se auto-autorizam a imaginar e a escrever a história em nome de todos:

Distinctions between the literati and others reflected the ideological struggle to gain legitimacy in validating a surplus vision. Therefore, blacks, women, and Indians were discussed and their incapacity for civilization explained. The privileged space enjoyed by the literati in the will to civilization empowered their vision of the world relative to that of other groups. The creole literati enjoyed the power to ‘author’ history and bring inferior people to their own image. The unequal distribution of power between categories stems from an interconnection between location and the capacity to see that was granted to the diverse groups. Those who were enlightened had a priority in the building of the new republic (Rojas, 2002, p.51).

⁵⁸ Nesse momento, são definidas as fronteiras entre os que se constituem como legítimos “protetores” (mais fortes e mais inteligentes) e os que são inerentemente “protegidos” (vulneráveis e passionais).

A legitimidade do exercício do poder por essa minoria de homens, brancos e letrados não é independente dos significados políticos atribuídos à América Latina pelos europeus. O fato de se perceberem refletidos nos dirigentes do novo mundo faz com que a América Latina seja lida nos discursos políticos europeus como parte do Ocidente, como um espaço de continuidade e não de ruptura com as idéias e práticas políticas do velho continente (Mignolo, 2000, p.134). Desse modo, ainda que a ruptura com a autoridade colonial se realize violentamente, o reconhecimento do *status* da nova identidade “independente” não é uma tarefa difícil. Ao “protegido” é reconhecido o direito de se “auto-proteger”, quando essa transição não questiona os fundamentos de constituição do poder político tal como ele é concebido hegemonicamente na Europa. Quando o masculino “rebelde” existe dentro do masculino hegemônico, a emancipação, embora resistida, pode ser autorizada. Afinal, esse novo masculino não ameaça os valores e a posição privilegiada do masculino hegemônico (europeu). O “pai autoritário” poder até resistir aos impulsos emancipatórios do “filho rebelde”, mas ao final sente-se orgulhoso de se perceber venerado por aquilo que o “filho” escolheu ser.

A constituição das elites, que detém autoridade para definir a identidade nacional colombiana, não é independente das narrativas internacionais centradas em um modelo específico de civilização (Rojas, 1995, p.199). As construções hegemônicas da diferença colonial, no discurso nacionalista colombiano, em nenhum momento questionam a violência simbólica de somente poderem fazer parte do espaço internacional nos termos definidos pelos que desenham o sistema e exercem poder sobre ele. Desse modo, no espaço internacional, a posição subalterna, feminizada, da Colômbia se justifica pelo fato de estar seu projeto de civilização incompleto. No espaço interno, a necessidade de civilização autoriza o exercício do poder masculino sobre as formas de conhecimento e ação assumidas como inferiores. Dessa forma, a idéia de nação colombiana se constrói simultaneamente a partir da negação e da assimilação do europeu: uma visão de grande nação, cujo futuro combina as lições do sofisticado pensamento político europeu com as qualidades inatas do povo colombiano (Mignolo, 2000, p.133):

In nations that, if not peripheral, were also not at the heart of the industrial revolution, the civilizing mission had to cope with the international

distribution of labor implemented by the very principles of the civilizing mission. That is to say, in order to civilize the world, it was necessary to accept first that the world needed to be civilized and that those who so proclaimed had the right model of civilization. Well, countries like Colombia in the nineteenth century were not among those represented in the fabric of civilizing models. On the contrary, Colombians in their own country were in charge of criticizing themselves in the name of a civilizing mission, which was a global design coming from a different local history (...) The coloniality of power was making its way shaping a new form of colonialism: internal colonialism in peripheral, post-independence countries during the nineteenth and first half of the twentieth centuries (Mignolo, 2000, p.282).

A narrativa de continuidade com o imaginário colonial de civilização é refletida na criação do tipo racial característico da nova nação. A legitimidade para governar é daqueles que mais se assemelham aos “civilizados” europeus (Dennis, 2006, p.95). Os “crioulos”, descendentes de espanhóis, e, nesse sentido, os mais brancos em uma sociedade multirracial são vistos como os mais adequados à tarefa de conduzir a nação colombiana no rumo da “civilização”. O ideal de civilização das elites crioulas propõe um particularismo mimético realizado pela narrativa romântica da “nação mestiça”, que marca a fronteira racial em relação à Europa, mas ao mesmo tempo diferencia a Colômbia dos espaços negros e indígenas que continuam legitimamente a ser colonizados pelos países europeus. Assumir-se como uma categoria intermediária entre o “civilizado” branco e o “selvagem” negro e índio reafirma o caráter de nação independente no caminho do desenvolvimento. “As in the rest of Latin America during those years, the concept of progress became tied to the concept of race” (Arocha, 1998, p.77).

As representações de raça, contudo, não se reduzem à afirmação da superioridade da raça branca européia. A mestiçagem é uma importante construção social que assegura a singularidade da Colômbia, sustentando vis-à-vis à Europa a idéia de “nova nação” (Powers, 2002, p.15). Não basta afirmar a superioridade do “crioulo” branco em relação aos demais. É preciso convencer aos sujeitos sociais etnicamente diversos que compõem o território imaginado como Colômbia que a autoridade dos brancos sobre eles é legítima. Para tanto, os não brancos são incluídos nos discurso de independência, mas no limite da sua inferioridade. Para tanto, os “arquitetos” da Colômbia identificam o objeto de proteção dos “guerreiros justos” na “nação mestiça”.

A nação mestiça se constrói a partir de um projeto reprodutivo inter-racial. Ou seja, de uma visão de que os corpos das mulheres índias devem servir à reprodução de homens mestiços, de legítimos filhos da nação que nasce. É através dos corpos femininos indígenas (a América nativa) que os filhos da nação surgem e se opõem ao domínio espanhol (Rojas, 2002, p.14). As mulheres, nesse discurso, são representadas como instrumentos através do qual a nação se materializa. “A mestiçagem, portanto, não é uma mistura racial espontânea ditada por movimentos e contatos entre populações, mas um fenômeno sustentado e administrado por um projeto político de controle dos corpos femininos” (Fiol-Matta, 2005, p. 232). Nesse sentido, nem todas as mulheres têm o mesmo valor no projeto de construção da nação. Algumas “almas belas” são mais importantes por sua capacidade de reproduzir novas “almas belas” embranquecidas, pelas quais o ideal de nação se realiza:

“Perhaps one of the reasons for scant historical production on the role of women in *mestizaje* is that the persistence of masculinist and ‘gender neutral’ language has blinded us to the gendered nature of the process and, in general, has obscured the significance of women in the cultural and sociopolitical evolution of Latin American societies” (Powers, 2002, p.16).

O colombiano “civilizado” é, além de homem crioulo, alguém que vive nos centros urbanos e que frequenta os colégios e seminários que difundem o conhecimento europeu. “Male creole literati enjoyed the privileged position of dictating the how, who, and what of civilization” (Rojas, 2002, p.10). O conhecimento, entendido como educação formal nos colégios de prestígio e em espaços internacionais assumidos como mais evoluídos, constitui o divisor entre os homens crioulos e a massa dominada. Ou seja, aqueles poucos que têm acesso ao conhecimento revelador da “natureza” e do “destino” da nação colombiana tornam-se os legítimos condutores dos bárbaros ignorantes à civilização. Nesse momento, a fronteira entre aqueles que definem o projeto político colombiano e aqueles que são assimilados por esse projeto (mulheres, negros, índios, mestiços e mulatos) torna-se evidente.

O “libertador da América”, Simón Bolívar, é o mais exaltado “guerreiro justo” da independência colombiana. Figura que ainda hoje sustenta mitos sobre a origem e o destino da América Latina, o “libertador” é a representação da identidade nacional hegemônica, imaginada como uma mistura entre o europeu colonizador e o nativo bárbaro. O personagem central da

independência colombiana é um homem, crioulo, culto e militarmente habilitado. As imagens de Simón Bolívar e de seus pares que lutam pela independência latino-americana fazem sentido nos espaços políticos europeus do século XIX sem nenhum esforço de interpretação, pela imitação dos militares europeus na vestimenta, na atitude e na praxe militar. Da mesma forma, os discursos sobre a virtude selvagem e a autonomia individual, presentes nos textos liberais que fundam o novo regime europeu, são constitutivos do sonho romântico de emancipação nacional bolivariano. Ou seja, o modelo eurocêntrico de revolução liberal, centrada no herói militar, é incorporado ao discurso e à prática nacionalista latino-americana, sem nenhum desconforto (Hoyos, 1992, p.25). Por outro lado, a ideologia nacionalista depende da afirmação de uma particularidade que justifica o ideal de autonomia política. Essa particularidade é construída principalmente a partir de atributos assumidos como específicos de uma cultura bárbara, pré-civilizada, que fornece os elementos de resistência à ocupação política militar exercida pelos espanhóis. O colombiano livre, representado em Bolívar, é destemido, violento, imprudente e místico, alimentando a imagem de irracionalidade que caracteriza no espaço político europeu o “novo mundo” (Harvey, 2000, p.97).

A tensão entre as influências do pensamento político europeu em Simón Bolívar⁵⁹ e a representação de uma grande América livre e autônoma é resolvida pela personificação da nação no corpo feminino. No discurso político independentista, a América é uma jovem mulher, ainda imatura, mas com potencial para tornar-se grande. Por outro lado, a Europa é descrita como uma senhora velha, que tinha inspirado e educado os mais jovens, mas que já perdia seus encantos e lucidez com a idade. Tal idéia pode ser ilustrada pela carta de Simón Bolívar, desde a América, ao seu mestre Simón Rodríguez, que se encontrava na Europa:

Yo desespero por saber qué designios, qué destino tiene Vd.; sobre todo mi impaciencia es mortal no pudiendo estrecharle en mis brazos: ya que no puedo yo volar hasta Vd. hágalo Vd. hacia mí; no perderá Vd. nada; contemplará Vd. con encanto la inmensa patria que tiene labrada en la roca del despotismo por el buril victorioso de los libertadores, de los hermanos de Vd. No, no se saciará la vista de Vd. delante de los cuadros, de los colosos, de los tesoros, de los secretos, de los prodigios que encierra y abarca esta soberbia Colombia. Venga Vd. al Chimborazo; profane Vd. con su planta

⁵⁹ Rodríguez (2006) destaca a influência do pensamento de Rousseau e de Napoleão em Simón Bolívar, através de seu mestre Simón Rodríguez.

atrevida la escala de los titanes, la corona de la tierra, la almena inexpugnable del Universo nuevo. Desde tan alto tenderá Vd. la vista; y al observar el cielo y la tierra, admirando el pasmo de la creación terrena, podrá decir: dos eternidades me contemplan: la pasada y la que viene; y este trono de la naturaleza, idéntico a su autor, será tan duradero, indestructible y eterno como el Padre del Universo ¿Desde dónde, pues, podrá decir Vd. otro tanto tan erguidamente? Amigo de la naturaleza, venga Vd. a preguntarle su edad, su vida y su esencia primitivas; Vd. no ha visto en ese mundo caduco más que las reliquias y los desechos de la próspera Madre: allá está encorvada con el peso de los años, de las enfermedades y del hálito pestífero de los hombres; aquí está doncella, inmaculada, hermosa, adornada por la mano mismo del Creador. No, el tacto profano del hombre todavía no ha marchitado sus divinos atractivos, sus gracias maravillosas, sus virtudes intactas (Lecuna, 1950, p.881).

A América, portanto, representa, no discurso de independência, o corpo feminino jovem, que devia ser libertado, protegido e possuído por homens corajosos e iluminados. A identificação do território em que se realiza a nação com o corpo feminino autoriza, portanto, um discurso de dupla dominação. De um lado, permite o controle político, social e econômico do território definido como nação por aqueles que se pretendem civilizados, iluminados e fortes para proteger a “alma bela” das tentativas exteriores de apropriação. Por outro lado, constitui a identidade das mulheres como grupo social subordinado às necessidades de auto-sobrevivência da nação. Às mulheres é dito faltarem condições naturais necessárias ao exercício do poder político que leva à civilização. Por isso, a elas cabe o papel de suavizar, complementar e glorificar o dever de violência dos homens que libertam e protegem a nação:

Pero no podemos dejar en el olvido la multitud de mujeres anónimas que siguieron los pasos de las tropas libertadoras por todos los caminos, aun los más abruptos, de la nación, para proporcionar a los soldados alimentos, lavar sus ropas y curar sus heridas. Este solo gesto les bastaría para merecer la gratitud de la patria. Y cuando ya llegaban los libertadores a las ciudades y poblaciones, con la aureola de los triunfos, fueron las jóvenes más bellas que los coronaron de laureles y celebraron sus hazañas, preparando los arcos de flores, los festones en los balcones de las casas, la música, bailes y festines como justos homenajes a quienes antes habían cortejado cientos de veces a la muerte (Hoyos, 1992, p.199).

Assim, as “almas belas” femininas ocupam seu lugar de exaltação dos “guerreiros justos”. Como em outros contextos, o feminino, na Colômbia, é identificado com um papel auxiliar e complementar ao papel masculino na guerra (Elshtain, 1987, p.164). Todavia, em tempos de confronto entre guerreiros masculinos, não cabe apenas às “almas belas” o papel de vítimas passivas, inocentes e pacíficas na construção do sagrado nacional. Assim,

embora a independência se constitua em um projeto dos homens crioulos, as mulheres, os mestiços, os indígenas e os negros participam fisicamente das lutas. Essa participação é documentada marginalmente nas descrições oficiais da história da Colômbia. Entretanto, são nas expressões artísticas, especialmente na pintura e na literatura, em que o papel das mulheres, mestiços, indígenas e negros na transição para ordem republicana se representa. O maior acervo artístico sobre as lutas da independência se encontra no Museu Nacional da Colômbia, em Bogotá. Nesse espaço, destacam-se as representações das batalhas de independência em que os crioulos, sobre cavalos, vestidos em uniformes militares, conduzem a Colômbia mestiça, negra e indígena à luta, vestida em farrapos, caminhando e precariamente armada na direção de seu “destino de liberdade”. Especialmente nos quadros de José María Espinosa⁶⁰, que participou de algumas missões libertadoras, percebe-se a divisão de trabalho entre os que escrevem a história do nascimento da república colombiana e os que a constroem com seus braços. Alguns detêm o privilégio da construção estratégica e ideológica da nação, enquanto a maioria é levada a sacrificar seus corpos.

São muitas as histórias não contadas de mártires da independência colombiana, que pelo sacrifício individual construíram o sagrado nacional. São “almas belas” que não alcançam serem protegidas pelos “guerreiros justos”, reforçando a vulnerabilidade essencial de alguns corpos em relação a outros. Destacamos aqui uma figura que rompe com a invisibilidade das experiências bélicas femininas, alcançando ser reconhecida como uma heroína nacional da independência. Falamos de Policarpa Salavarrieta, conhecida como “La Pola”. A “Pola” é uma mulher jovem que se une ao movimento insurgente contra a “reconquista” de Bogotá pela Coroa espanhola na segunda década do século XIX. Aproveitando-se dos estereótipos associados ao feminino (fragilidade, ingenuidade e alienação política), ela se torna uma espiã do movimento independentista em Bogotá, trabalhando como empregada doméstica nas casas de famílias monarquistas. A partir daí, ela recolhe informações importantes que são levadas aos líderes do movimento de independência e contribuem para a contenção dos monarquistas em Bogotá. Durante a prisão de um grupo com

⁶⁰ Destaque para os quadros: “Batalla de los ejidos de Pasto” e “o retrato de Policarpa Salavarrieta” (imagem estampada hoje na nota de 10.000 Pesos Colombianos).

quem colaborava, “La Pola” é descoberta através de documentos que enviava a seus companheiros. A partir daí ela é presa e executada em praça pública⁶¹ em 14 de novembro de 1817⁶².

A figura de “La Pola” representa uma mulher excepcional que se utiliza das construções dominantes sobre a feminilidade para romper com a posição social determinada para as mulheres naquele contexto. Ou seja, o processo de consciência do que era ser mulher na sociedade colombiana do início do século XIX protege e garante meios de participação política a uma mulher diferente (entendida como mais corajosa) das outras. O destaque dado à “La Pola”, assim, deve-se à sua capacidade de contribuir ativamente para o projeto crioulo masculino, sem negar os atributos assumidos como femininos, mas não se submetendo a eles. O sacrifício pela causa é o foco do reconhecimento de sua virtude, quando o nacionalismo é entendido como a forma de identificação prioritária. Assim, em tempos de guerra entre masculinos pela hegemonia, o sacrifício das “almas belas” é o fundamento moral da violência do “guerreiro justo” contra o outro opressor (Elshtain, 1987, p.187). Até hoje Policarpa Salavarrieta é a figura feminina de maior destaque na história da Colômbia. O dia de sua execução pelos monarquistas, 14 de novembro, foi reconhecido por Carlos Lleras Restrepo, em 1967, como o “dia da mulher colombiana”.

Uma outra ilustração de mulher excepcional, reconhecida pela sua contribuição ao projeto nacionalista, é Manuela Sáenz, chamada pelo próprio Bolívar de “a libertadora do libertador”. Sáenz é seguidora do “libertador”, lutando ao seu lado e salvando-o de uma tentativa de assassinato em setembro de 1828, em Quito. Em sua posição marginal nos livros de história, é referenciada como aquela que salva o herói através do uso de seus atributos femininos e de sua fidelidade aos ideais da revolução⁶³. De acordo com

⁶¹ Fato raro para uma mulher, que denota seu reconhecimento como inimigo político. Alguns relatos dão conta que sua condição de mulher, contudo, a poupou de ser executada nua, como os demais independentistas.

⁶² As informações sobre Policarpa Salavarrieta se baseiam em dois artigos disponibilizados por meio eletrônico: BREWSTER, C. Amazonas ou Inocentes? A contribuição feminina à independência latino-americana, disponível em: <www.genderlatam.org.uk/pt/documents/amazons.doc>; e ALVES, A. C. Mulheres lutadoras do século XIX, disponível em: <www.latinoamericano.jor.br/memoria_viva_mulheres_XIX.html>.

⁶³ “Para este tiempo se hacen manifiestas las intrigas contra la autoridad de Bolívar, que llevan a Pedro Carujo entre otros, el 25 de septiembre de 1828, a intentar asesinarlo, Conspiración fallida gracias a la rapidez con que Manuela hizo huir a Bolívar por una ventana del Palacio de

Quintero (2000), a forma como Sáenz é retratada na história da Colômbia denota a subordinação de suas experiências de vida às narrativas sobre o herói masculino. Uma vez mais a referência à figura feminina se dá nos termos da sua feminilidade e lealdade ao “guerreiro” masculino:

Las biografías de Manuela Sáenz tienen en común un aspecto absolutamente singular: no obedecen a la cronología particular del personaje sino que transcurren entre dos fechas, ambas determinadas por su relación con el Libertador. Desde esa perspectiva, los momentos fundamentales de la vida de Manuela son el día que conoce a [Bolívar](#) en 1822, episodio que marca el comienzo de la historia, y diciembre de 1830, cuando fallece Bolívar y concluye también el periplo «historiable» de Manuela, veintiséis años antes de su muerte. Los títulos de las biografías subrayan lo dicho: *La libertadora del Libertador* (Rumazo); *La mujer providencia de Bolívar* (Humberto Mata); *La caballera del sol, el gran amor de Bolívar* (Demetrio Aguilera); *Manuela Sáenz, el último amor de Bolívar* (Mercedes Ballesteros) y *La amante inmortal* (Von Hagen). De donde resulta que Manuela Sáenz, quien nació en 1797 y murió en 1856, tiene relevancia histórica por un episodio que duró solamente ocho años de su existencia: los de su relación con el Libertador (Quintero, 2000).

No pós-independência, a relação entre protetores (“guerreiros justos”) e protegidas (“almas belas”) é desestabilizada pela incapacidade dos homens crioulos letrados, que haviam “libertado” a nação, fundarem um pacto sobre o qual exercerem o poder. Ainda que os atributos intelectuais e naturais (gênero, raça e educação) do político não fossem questionados, o mito do poder (ou o lugar de autor da história) divide os que haviam se constituído políticos a partir da imagem de “guerreiros justos” por uma mesma “alma bela”. O conflito entre conservadores e liberais pelo monopólio da civilização marca uma ruptura com as narrativas românticas de unidade latino-americana e de destino comum para todos integrados ao projeto nacional. Duas expressões da masculinidade hegemônica (branca, racional e militarizada) competem pelo monopólio da “proteção” da nação mestiça.

3.2 O duelo entre dois “guerreiros justos” por uma única “alma bela” – o conflito entre liberais e conservadores ou o poder tem duas faces:

Gobierno; es a partir de este acontecimiento que se le llama Libertadora del Libertador, calificativo que le dio el propio Bolívar” (www.efemeridesvenezolanas.com, em 15/11/2006).

Encontrei hoje em ruas, separadamente, dois amigos meus que se haviam zangado um com o outro. Cada um me contou a narrativa de por que se haviam zangado. Cada um me disse a verdade. Cada um me contou as suas razões. Ambos tinham razão. Não era um que via uma coisa e outro outra, ou que um via um lado das coisas e outro um outro lado diferente. Não: cada um via as coisas exatamente como se haviam passado, cada um as via com um critério idêntico ao do outro, mas cada um via uma coisa diferente, e cada um, portanto, tinha razão. Fiquei confuso desta dupla existência da verdade (Fernando Pessoa).

O texto de Fernando Pessoa ilustra o conflito entre liberais e conservadores: narrativas diferentes de uma mesma verdade - o projeto de civilização da nação colombiana e a inevitabilidade da violência como forma de ação política. Embora seja reconhecido o mérito de Bolívar na independência dos territórios colombianos (o que leva o Congresso de Angostura⁶⁴ a ratificar sua proposta de criação da República da Colômbia⁶⁵ e sua indicação como presidente dessa república), a legitimidade da ordem pós-colonial bolivariana é muito frágil⁶⁶. A principal oposição é feita por Francisco de Paula Santander, que divide com o “libertador”, por indicação do próprio Bolívar, o poder da *Gran Colombia*. Devido ao constante afastamento de Bolívar de Bogotá, por ainda se encontrar envolvido nas guerras de independência da Bolívia e do Peru, Santander exerce de fato o poder na *Gran Colombia* e as divergências entre suas pretensões para a nação independente e àquelas de Bolívar não tardam a ficar evidentes (Castro, 2005, p.28).

No início de 1827, Bolívar decide encerrar as comunicações escritas com Santander. Em abril de 1828, o Congresso colombiano está dividido em santanderistas e bolivaristas. A reação de Bolívar é decretar uma ditadura, promulgando uma Constituição que nunca vigora e extinguindo a Vice-Presidência (o que destitui formalmente Santander do poder). O cume das tensões entre os dois líderes políticos é o atentado contra a vida de Bolívar em

⁶⁴ Criado em 15 de fevereiro de 1819, por Bolívar, como um espaço deliberativo e de articulação militar, de onde seriam tomadas as decisões que guiariam as ações militares no caminho da plena independência da América Latina.

⁶⁵ Nome oficial da *Gran Colombia* (Nova Granada, Venezuela e Quito).

⁶⁶ A posição de “guerreiro justo” de Bolívar, idolatrada no discurso de independência, é questionada por um grupo que entende que a Colômbia deva ser um governo de leis e não uma ditadura militar. A principal figura de resistência ao bolivarismo, centralista e militarista, é Francisco de Paula Santander, aliado e companheiro de Bolívar nas guerras de independência. Uma célebre frase de Santander representa as diferenças entre os caminhos que a Colômbia independente havia que seguir: “colombianos, las armas os han dado la independencia, las leyes os darán la libertad”.

25 de setembro de 1828, planejado por santanderistas, e frustrado pela ação de Manuela Sáenz. Logo após a tentativa de atentado, Bolívar decide punir violentamente os conspiradores e Santander parte em exílio, pois é condenado à morte. As tensões na *Gran Colombia* aumentam nos dois próximos anos, culminando com a sua dissolução em 1830 e a declaração de independência de três novos Estados: Nova Granada (Colômbia e Panamá), Venezuela e Equador. Bolívar se retira do poder e morre ainda no final desse ano. Em fevereiro de 1832, Santander retorna ao poder como presidente da Nova Granada, onde permanece por cinco anos (Granados, 1959, p.51). O efeito simbólico das disputas entre os dois principais líderes da independência colombiana é o enfraquecimento do discurso universalista de identidade nacional e a consolidação de uma cultura política da violência, centrada nos interesses que marcam a continuidade com o projeto de civilização colonial.

As recíprocas violências, simbólicas e diretas, são a forma privilegiada de relação política entre as elites colombianas (homens, crioulos, letrados), no século XIX (Sánchez, 1990, p.6). Tais violências se estendem durante todo o restante do século XIX nas chamadas guerras civis⁶⁷, momento em que liberais e conservadores disputam o controle dos discursos e das identidades colombianas (Bushnell & Macaulay, 1998). Os recorrentes e sangrentos conflitos levam a uma onda de violência generalizada que desenha as fronteiras sociais colombianas a partir de um novo dualismo. A consequência da disputa

⁶⁷ As guerras civis foram batalhas militares travadas entre liberais (utilitaristas e federalistas) e conservadores (centralistas e influenciados pelos interesses políticos da Igreja), em que estiveram envolvidos todos os segmentos sociais colombianos, direta ou indiretamente. O discurso dominante que justificava as disputas violentas do poder opunha dois modelos de organização da nova nação: um federalista (liberal) e outro centralista (conservador) Foram no total oito guerras civis em menos de 70 anos: **1839** (Guerra dos Conventos, iniciada pelos liberais contra medidas do governo conservador); **1851** (iniciada pelos conservadores em reação às reformas do governo liberal); **1854** (iniciada pelos conservadores em reação à política econômica radical do governo liberal de não intervenção na economia – ruptura no partido liberal); **1859** (iniciada pelos liberais em reação ao fortalecimento da autoridade central pelo governo conservador e à revogação de medidas adotadas durante o governo liberal – fundação da República Nova Granadina); **1876-1877** (iniciada pelos conservadores contra o modelo liberal de educação laica); **1884/1885** (ruptura entre liberais radicais e o governo liberal de Rafael Nuñez, que foi apoiado pelos conservadores – dissolução dos Estados Unidos da Colômbia, fundados em 1863 pela Constituição do RioNegro, nos moldes dos Estados Unidos da América pelos federalistas liberais – novo ciclo de governo conservador, com a promulgação de uma nova Constituição (1986) e a criação da República da Colômbia, pelo chamado projeto “Regenerador”, que reconstituía o centralismo como princípio organizador da república); **1895** (golpe liberal para tomar o poder conservador sob a acusação de fraude eleitoral); **1899-1902** (guerra dos Mil Dias – reação liberal às normas autoritárias da Constituição de 1886) (Mejía, 1982; Sánchez, 1990).

do poder pela elite política (homens, crioulos, educados e militarizados) para a maioria dos colombianos é ter seus corpos utilizados como instrumentos das disputas entre os dois partidos (Rojas, 1995, p.217). Os “arquitetos” da nação, divididos, convocam os colombianos a submeterem seus significados sociais a um projeto de nação no qual não se percebem incluídos. Há duas identidades articuladas como únicas possibilidades de existir dentro do espaço político colombiano: a identidade conservadora que defende a civilização através da expansão da moral cristã; e a identidade liberal que advoga uma ordem política secular, baseada na força da lei. Para a maioria dos colombianos, o fundamento do ódio e da rejeição mútua entre liberais e conservadores parece estar além da compreensão dos que são representados como inferiores:

Como Aureliano tenía en esa época nociones muy confusas sobre las diferencias entre conservadores y liberales, su suegro le daba lecciones esquemáticas. Los liberales, le decía, eran masones; gente de mala índole, partidaria de ahorcar a los curas, de implantar el matrimonio civil y el divorcio, de reconocer iguales derechos a los hijo naturales que a los legítimos, y de despedazar al país en un sistema federal que despojara de poderes a la autoridad suprema. Los conservadores, en cambio, que habían recibido el poder directamente de Dios, propugnaban por la estabilidad del orden público y la moral familiar; eran los defensores de la fe de Cristo, del principio de autoridad, y no estaban dispuestos a permitir que el país fuera descuartizado en entidades autónomas. Por sentimientos humanitarios, Aureliano simpatizaba con la actitud liberal de respecto de los derechos de los hijos naturales, pero de todos modos no entendía cómo se llegaba al extremo de hacer una guerra por cosas que no podían tocarse con las manos (García Márquez, 1978, p.91).

A divergência quanto aos fundamentos que conduzem à “civilização” leva à negativa do projeto político do outro. A soberania, entendida como um atributo absoluto do Estado, somente pode se realizar a partir de uma moral universal e inconciliável com outras formas de pensamento ético-político (Walker, 1993, p.79). Tanto liberais quanto conservadores vêem-se como únicos e absolutos portadores da verdade moral que garantiria a concretização do ideal de formação e consolidação da nação soberana (Dennis, 2006, p.97). Ou seja, ambos os grupos identificam sua razão política com a própria nação, constituindo o outro como a antítese da soberania nacional e, assim, como uma ameaça inerente à concretização do projeto de civilização. Contudo, ambos sustentam um discurso de continuidade com a dependência do pensamento colombiano em relação aos significados europeus, o que limita a capacidade de

invenção das bases sociais para além da busca alienada da verdade única: a civilização.

A perversidade do discurso de cooptação das identidades subalternas pelos partidos políticos reside na internalização da inferioridade por negros, índios, mulatos, mestiços e mulheres (Dennis, 2006, p.96). Ambos os discursos, tanto liberal quanto conservador, se constroem a partir de um universalismo abstrato (religioso ou jurídico), que desloca a responsabilidade da exclusão para os excluídos. Para além da força das armas, a violência se concretiza, sobretudo, através da linguagem. A linguagem política usada nos debates entre os intelectuais liberais e intelectuais conservadores reforça a idéia de que o espaço político pressupõe competências intelectuais que poucos demonstram. As narrativas de manutenção dos privilégios políticos dos homens brancos, urbanos e letrados consolida uma visão de que a dominação dos “não civilizados” pelos “civilizados” é legítima. O condicionamento da voz política aos “iluminados” e bem educados torna os que não preenchem esses requisitos cidadãos de segunda classe. A eles não é autorizado pensar sobre si mesmos, nem se expressar politicamente, senão a partir de significados gerados por aqueles que detêm as condições assumidas como necessárias para pensar o espaço político.

Assim, enquanto os homens crioulos letrados disputam violentamente o lugar do poder na Colômbia, as identidades subalternas, dentre elas as mulheres, são representadas a partir das necessidades dos políticos filósofos. De acordo com Patrícia Londoño (1995, p.303), a maioria dos textos sobre mulheres no século XIX é escrito por homens. Entre as representações mais destacadas nos textos estão: a mulher delicada, inocente e pura; a “rainha do lar”; a virtuosa, fiel aos seus deveres matrimoniais; a submissa e resignada que aceita as penas de seu sexo (Londoño, 1995). A partir da segunda metade do século XIX, algumas vozes isoladas influenciadas pelas idéias liberais difundidas na Europa, começam a questionar a exclusão educacional das mulheres. Intelectuais da nova república (homens crioulos) começam a difundir a idéia de que a evolução masculina estava ameaçada pela ignorância e futilidade femininas. Portanto, uma grande sociedade necessitava de mulheres cultas que pudessem preparar as novas gerações de homens para exercerem melhor seus deveres públicos (Londoño, 1995, p.315). Dessa forma, a proposta de educar as mulheres no século XIX surge a partir do interesse dos homens letrados de terem a seu lado

mulheres mais interessantes e mães mais eficientes na educação de seus filhos. Ou seja, não significa o questionamento da posição das mulheres na sociedade, mas principalmente um discurso de adaptação do feminino domesticado às necessidades dessa elite crioula letrada que se concedia a missão de civilizar a Colômbia. A educação universal, que seria também defendida pelos liberais em favor dos mestiços, negros e indígenas⁶⁸, é apresentada como condição da civilização da Colômbia.

3.3. *Las Violencias* do século XX – o “guerreiro justo” camponês e o lugar do poder na república colombiana:

A continuada violência entre liberais e conservadores, sustentada por um sistema agrário excludente, leva ao questionamento da identidade política das elites. O poder dos homens crioulos, urbanos e letrados é confrontado a partir da degradação das relações de trabalho, das notícias da Revolução Russa e das idéias acerca do conflito de classe que, mesmo fragmentadas, começam a ecoar entre os trabalhadores rurais (Obregón, 2002, p.52). Surge, a partir dos clandestinos sindicatos, em 1919, o Partido Socialista Revolucionário, que dá origem ao Partido Comunista da Colômbia em 1930, referendado pela Internacional Comunista. A construção da identidade de classe pelos camponeses e pelos operários nos centros urbanos (a partir da primeira fase da industrialização da Colômbia) alcança os espaços intelectualizados. Algumas personalidades políticas liberais manifestam simpatia pela causa camponesa. Ou seja, reconhecem a não realização do mito da proteção nas relações no campo e propõem a construção de uma nova “alma bela”, que legitima o ciclo de governo liberais da primeira metade do século XX: “o camponês oprimido” (Sánchez, 1990, p.11). Nesse período, personalidades liberais de destaque social (Alfonso López Pumarejo e Jorge Eliécer Gaitán) fundamentam seus discursos na necessidade de tornar mais justas as relações trabalhistas. Assim, renovam o contrato de lealdade entre “guerreiros justos” (doutores progressistas) e “almas belas” (camponeses explorados). Nesse contexto, uma categoria até então

⁶⁸ Em nenhum momento fundamentada no questionamento da inferioridade, mas centrada na necessidade de reduzir os constrangimentos “naturais” dos ignorantes e selvagens filhos na nação. Isto é, a educação representa uma maneira de minimizar as limitações dos “protegidos” nas relações com os “protetores”, mas não de questionar o lugar do poder na sociedade colombiana.

ausente das retóricas políticas dominantes colombianas ganha força no discurso dos intelectuais liberais: a idéia de povo (Sánchez, 1990, p.12). A sociedade colombiana, até esse momento, está dividida em três classes assumidas como “naturais” dentro de um projeto evolutivo de civilização: os políticos filósofos (liberais e conservadores), os empreendedores capitalistas (fazendeiros e comerciantes) e os demais colombianos (que trabalham em condições de servidão ou que estão à margem das relações sociais por suas limitações “naturais”, como é o caso da maioria das mulheres, dos índios e dos negros). A primeira metade do século XX questiona essa estrutura social, incorporando um novo elemento nas narrativas de legitimação da violência.

O momento de questionamento da naturalização das hierarquias sociais representa um importante movimento de recuperação de um processo histórico de identificação para além do dual projeto elitista de conservadores e liberais (Sánchez, 1990, p.12). Entretanto, a identidade de classe não rompe com a lógica violenta de construção dicotômica das identidades no espaço político colombiano. O discurso de constituição do *self* camponês se afirma como um novo “guerreiro justo” em oposição a um inimigo (Estado capitalista), representado em liberais, conservadores e fazendeiros. Assim, a violência é novamente autorizada em nome de um caminho único de emancipação não realizado pela existência do outro, opressor e violento. O discurso camponês personifica a opressão nos senhores de terra e nos líderes políticos, reinventando o território legítimo da violência nos corpos dos opressores. Da mesma forma, silencia-se sobre as relações de poder (construções de gênero e de raça, principalmente) que hierarquizam os sujeitos sociais em nome de um projeto universal de emancipação camponesa. Na prática, o “guerreiro justo” camponês utiliza a mesma estratégia discursiva dos grupos dominantes. Apresenta-se como uma nova possibilidade de proteção das “almas belas” colombianas, que vulneráveis e indefesas são convocadas a apoiar o projeto universalista de emancipação. Torna legítima a violência contra os corpos daqueles cujas possibilidades de existir politicamente estão restritas a uma única identidade, definida pelos “conscientes” líderes revolucionários. Dessa forma, o discurso camponês reforça a vulnerabilidade dos corpos femininos, negros, índios e mulatos em nome de uma verdade emancipatória, construída a partir da luta violenta contra o inimigo capitalista.

Uma das ausências reproduzidas pelo discurso camponês se refere ao lugar das mulheres na sociedade colombiana (Meertens, 2000, p. 26). A ausente voz feminina representa uma expressão de continuidade do discurso operário com o discurso elitista dos partidos liberal e conservador. Desde a formação do Partido Socialista, que depois viria a se constituir no Partido Comunista, as identidades raciais e de gênero são assimiladas pela identidade operária/camponesa (“guerreiros justos”), reproduzindo a despolitização das identidades subalternas feminina, negra e indígena (“almas belas”). As narrativas da luta operária/camponesa mantém o silêncio acerca das relações de gênero e de raça ou, no máximo, reconhecem as desigualdades raciais e de gênero como um subproduto das relações capitalistas.

É importante destacar que as mulheres nesse período já integram em grande medida a força de trabalho operário na Colômbia. De acordo com Bermúdez Rico, em Cali na década de 1920, elas constituem 55% da população assalariada (2007, p.21). As trabalhadoras na Colômbia do início do século XX são mulheres empobrecidas pela transição do modo de produção tradicional (artesanal) para o modo de produção moderno (mecânico). Da mesma forma, um século de violências cíclicas na Colômbia deixa marcas na vida das mulheres colombianas, em especial das camponesas. São os homens que mais morrem nas guerras civis, mas são as mulheres que mais vivenciam o luto, que devem recolher o que sobrou dos conflitos violentos, que devem deslocar-se com suas famílias para se proteger e que devem buscar novas formas de subsistência. Ou seja, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho se dá pela necessidade de suprir as necessidades de suas famílias, de cumprir seus deveres de cuidado, na ausência ou na insuficiência de figuras masculinas provedoras.

La mayoría de las veces su ingreso al mundo laboral responde a una estrategia de las familias de origen para cubrir necesidades básicas, pues que estas mujeres tienen madres solas o viudas, son hijas mayores de familias numerosas o huérfanas que asumen la responsabilidad de sus hermanos menores. En este contexto, las obreras dedican gran parte de sus ingresos a suplir necesidades esenciales de las familias de origen y entre los consumos que consideran importantes están alimentar a los integrantes de la familia, pagar el arriendo de la vivienda y costear la educación de los hermanos menores (Bermúdez Rico, 2007, p.138).

A função do trabalho feminino, portanto, é prioritariamente garantir meios para o exercício do cuidado em relação à família. Ou seja, nesse período,

o trabalho feminino não é um meio de acumulação individual de bens materiais, nem tampouco de auto-realização, mas basicamente de realização de suas obrigações reprodutivas. Na incapacidade de serem protegidas pelas figuras masculinas de seu entorno, elas devem assumir a tarefa de proteção da família. Contudo, suas vozes permanecem marginais no discurso revolucionário comunista. Desde esse momento inicial de organização do movimento camponês e operário na Colômbia, as mulheres se fazem presentes, denunciando uma dupla discriminação. Todavia, suas vozes são assimiladas por um discurso único que ainda hoje torna as demandas das mulheres marginais em relação às necessidades dos trabalhadores masculinos. Como as feministas socialistas diriam nas décadas finais do século XX, a não participação das mulheres no trabalho produtivo é um mito burguês. As mulheres pobres, por necessidade e sobrevivência, sempre trabalharam e contribuíram para a construção da riqueza dos espaços sociais em que viviam. A divisão sexual do trabalho⁶⁹ nunca se concretiza para além das casas burguesas, onde os homens podem realizar sua função de provedores e as mulheres a sua missão de “rainhas do lar”. A maioria das mulheres, à revelia do seu processo de socialização, tem que ganhar as ruas e ocupar postos de trabalho precários, não reconhecidos inclusive por aqueles que se colocam como defensores dos trabalhadores (Bermúdez Rico, 2007, p.63). A invisibilidade das experiências das mulheres trabalhadoras no discurso de crítica ao capitalismo, a nosso ver, constitui um ponto de inconsistência da ética do proletariado, desenvolvida pelas classes mais pobres da Colômbia no início do século XX e que ainda hoje continua a guiar os discursos dos movimentos insurgentes. O não reconhecimento da especificidade das demandas das mulheres trabalhadoras e a reprodução dos padrões de luta política centrados na militarização e na diferença sexual levariam as mulheres a se conformarem posteriormente como movimentos independentes dentro do espaço político colombiano, questão que discutiremos melhor um pouco mais adiante.

A inclusão das mulheres pobres colombianas no mercado de trabalho no início do século XX não se deve ao caráter progressista da classe industrial

⁶⁹ Ideologia constitutiva do sistema capitalista de organização econômica, em que os homens são entendidos como sujeitos produtivos, cujo espaço de incidência é o público, e as mulheres são compreendidas como seres reprodutivos, cujas atividades se exercem no espaço doméstico.

em formação da Colômbia, mas principalmente pelo menor custo do trabalho feminino (Bermúdez Rico, 2007, p.24). O trabalho feminino é visto como “naturalmente” menos eficientes que o masculino e, portanto, os salários pagos a mulheres e crianças são menores. Em 1925, um grupo de operários da fábrica “La Garantía”, de Cali, organiza uma greve para protestar contra a demissão de catorze operárias por denunciarem a desigualdade de salário entre homens e mulheres na fábrica (Bermúdez Rico, 2007, p.21). Ou seja, as mulheres não estão ausentes da construção do movimento operário e camponês colombiano. Suas experiências são fundamentais e centrais para a consolidação da burguesia colombiana no início do século XX (em especial na *belle époque* dos setores têxteis e cafeiteiro), bem como para a reunião de idéias e práticas de resistência ao excludente sistema político colombiano. Embora a ética do cuidado se mantenha como fundamento principal das atividades laborais femininas, o trabalho assalariado inaugura novas possibilidades de organização que constituiriam o embrião da formação dos movimentos políticos de mulheres mais adiante no século XX.

A experiência das mulheres operárias e camponesas, portanto, é subversiva das construções políticas elitistas e revolucionárias, que continuam a dividir a sociedade em “guerreiros justos” e “almas belas”. Nesse processo, a violência se constrói como um elemento indispensável pelo qual a identidade dos “guerreiros justos” em competição se afirma. A grande perversidade desse jogo é que “beleza das almas” somente se constitui na expropriação e na exploração sentidas no corpo cotidianamente por aqueles que são forçados (física ou ideologicamente) a se submeterem aos projetos universalistas de poder. O lugar das mulheres trabalhadoras na ordem política colombiana pode nos ajudar a compreender que os aparentes antagonismos entre elite e povo continuam a se expressar a partir de uma única verdade, que invisibiliza as relações de poder estabelecidas entre alguns poucos que decidem politicamente o destino e o lugar de muitos.

A chegada de Alfonso López Pumarejo ao poder significa a tentativa de reconciliação dos interesses liberais e camponeses na guerra contra o inimigo conservador. Assim, o seu projeto político, denominado “Revolução em

Marcha”⁷⁰ (Acosta Borrero, 2004), representa, simultaneamente, uma contenção das iniciativas de autonomia dos movimentos operário/camponês e uma confrontação direta dos privilégios e interesses dos conservadores. A estratégia usada pelo presidente liberal foi construir uma nova identidade em que cabem os liberais e os movimentos sociais: o “povo”. Nesse discurso, o inimigo do “povo” e, conseqüentemente, do projeto de civilização da sociedade colombiana são os conservadores. Para López Pumarejo, as raízes da ineficiência da economia colombiana residiam no sistema de privilégios e de exclusões que havia se consolidado nos longos anos de governo conservador⁷¹. Diante da dupla necessidade de manter-se no poder e de promover o que entende sejam as reformas necessárias para recolocar a Colômbia na direção do “progresso”, López Pumarejo propõe um discurso que associa as reformas liberais aos anseios populares (Meertens, 2000, p.135). No seu primeiro governo (1934-1938), a estratégia obtém êxito em manter a coesão do Partido Liberal (inclusive com o apoio de Jorge Eliecer Gaitán⁷²), estreitar as relações Colômbia/EUA⁷³, promover uma intervenção na economia em afronta aos interesses da Igreja, dos senhores de terra e dos militares e enfraquecer as bases de apoio popular dos conservadores.

Durante a “Revolução em Marcha”, López Pumarejo promove uma série de reformas políticas, econômicas e sociais, apresentadas como um reflexo do comprometimento pessoal do presidente com a transformação do caráter desigual, discriminatório e injusto do sistema político colombiano. Entre as

⁷⁰ Discurso que buscava conter a proposta de revolução violenta de base comunista, tomando para si o compromisso “de efectuar por medios pacíficos y constitucionales todo lo que haría una revolución por medios violentos” (Acosta Borrero, 2004).

⁷¹ As idéias econômicas de López Pumarejo derivavam especialmente da política do Presidente norte americano Franklin Roosevelt (conhecida como *New Deal*), que associava eficiência econômica a uma equilibrada relação entre produtores, investidores e trabalhadores, garantida pelo Estado (Ardila, 1990, p.7).

⁷² Político colombiano de formação liberal que constitui sua identidade política como representante do “povo” nos espaços de poder. Havia rompido em 1933 (durante o governo de Herrera) com o Partido Liberal, sob a justificativa de que o Partido não representava os interesses do “povo” colombiano, e, em especial dos camponeses explorados pelos senhores de terra. Nessa oportunidade, fundou a “União Nacional de Esquerda Revolucionária” (UNIR). Sob o efeito das reformas promovidas por López Pumarejo, Gaitán voltaria a apoiar, em 1956, o governo Liberal, levando consigo os camponeses que o viam como líder desde sua intervenção em favor das vítimas do “Massacre das Bananeiras”. Ou seja, o “povo” personificado em Gaitán se perceberia representado por López Pumarejo (Meertens, 2000, 135).

⁷³ Que era o principal e quase único mercado de escoamento do principal produto colombiano, o café.

reformas que executa durante seu primeiro governo destaca-se a reforma constitucional que modifica os princípios que regem a Colômbia (desde 1886), especialmente no que concerne à vocação militar e moral do Estado (substituída pela vocação civil), ao papel da propriedade privada (limitando-a ao conceito de função social da propriedade) e à necessidade de intervenção do Estado na economia em nome do equilíbrio das relações produtivas (Meertens, 2000, p.67). Em consequência a esses princípios, sucedem-se as seguintes políticas: aumento do imposto de renda; promoção dos sindicatos; assentamentos de pequenos produtores arrendatários de terra (que é a primeira tentativa de promover uma reforma agrária no país); reforma universitária (lascização do ensino, agrupamento das diversas faculdades em um único espaço, dotando a universidade – por meio de um conselho formado por professores e alunos – de autonomia na administração do orçamento e das decisões políticas e acadêmicas internas); reforma curricular para os ensinos básico e médio, promovendo a redução da carga horária do ensino religioso⁷⁴.

Tais reformas representam um golpe direto nos interesses dos militares, religiosos e latifundiários, presentes majoritariamente entre os conservadores, mas também ressonantes em alguns setores do Partido Liberal. O Partido Liberal encontra-se dividido em “gaitanistas” (defensores da aliança com o “povo”) e moderados (que propunham uma aproximação com os interesses das elites econômicas e conservadoras). Além disso, diante da declaração de neutralidade da Colômbia frente à Segunda Guerra Mundial, López Pumarejo já não conta com apoio dos EUA⁷⁵. Em seu segundo mandato (1942-1945), tem que combater boicotes e tentativas de golpe internos e externos ao seu partido, fato que o faria recuar em vários dos projetos pretendidos (Buitrago, 1987, p.83).

Desde a chegada de López Pumarejo ao poder, Gaitán se torna um fundamental elemento de legitimação da aliança entre liberais e setores populares. Considerado um grande orador, além de ser mestiço e ter nascido em família pobre, Gaitán traduz para os movimentos sociais as idéias que fundamentam a “Revolução em Marcha”. É visto, diferente de López Pumarejo

⁷⁴ Informações obtidas em: <www.presidencia.gov.co/prensa_new/historia/8.htm>.

⁷⁵ Assim que assumiu pela segunda vez o governo, López Pumarejo condenou as ações das potências do Eixo e declarou apoio às forças Aliadas (Ardila, 1990, p.9).

que mantinha imagem de homem crioulo e letrado, como membro do “povo” e protetor de seus direitos (Sánchez, 1990, p.12). Defende a capacidade de transformação do sistema político colombiano pela inclusão da voz das camadas populares. Fala sobre a reconstrução da política colombiana por uma força de baixo para cima e clama pela união daqueles que se percebem excluídos do sistema político colombiano (Obregón, 2002, p.53).

Nos espaços urbanos também a popularidade de Gaitán cresce na medida em que se articula um discurso de oposição ao caráter repressivo e corrupto do sistema político colombiano. Nesse contexto, os significados internacionais jogam um papel fundamental na ordem violenta colombiana na segunda metade do século XX. A Colômbia vem, desde 1945, no final da Segunda Guerra Mundial, estreitando novamente os laços com os EUA⁷⁶, dentro do que se desenha como nova ordem internacional (Ardila, 1990, p.11). Nessa estratégia de consolidação da Colômbia como área de influência norte-americana, a partir do que estabelece a Doutrina Truman⁷⁷, Bogotá é escolhida como sede da Nona Conferência Pan-americana de Estados, organizada pela União Pan-americana⁷⁸, iniciada na primeira semana de abril de 1948. Nessa Conferência, ficam estabelecidos os compromissos dos Estados latino-americanos com o anticomunismo, ideologia criada e sustentada pelos EUA. Da mesma forma, discutem-se os princípios de criação da OEA, em maio de 1948. Em um contexto geopolítico imaginado a partir de dois pólos (o Ocidente “civilizado” capitalista e o Oriente “bárbaro” comunista), a América Latina, e especialmente a Colômbia, assume o discurso de “convidada” honrada a participar do projeto de “civilização” norte-americana pela destruição da ameaça comunista. Dentro desse projeto de representação das elites como promotoras da “civilização”, não é difícil rotular Gaitán, os liberais radicais e os camponeses como comunistas e, portanto, como inimigos da identidade nacional civilizada.

A Conferência Pan-americana se inicia em Bogotá. Paralelamente, os militantes liberais, camponeses e comunistas, não apenas colombianos, mas advindos de toda a América Latina, organizam reuniões e protestos contra os

⁷⁶ Ingressou na ONU em 5 de novembro de 1945.

⁷⁷ Especialmente no que concerne ao apoio dos EUA aos governos que se comprometessem com o combate ao avanço do comunismo na América Latina.

⁷⁸ Antecedente da Organização dos Estados Americanos (OEA).

EUA e o governo de Ospina Pérez (conservador no poder desde 1946), com o apoio de Gaitán. Nesse contexto de grande visibilidade internacional em que se encontra a Colômbia (mais especificamente Bogotá), acontece o assassinato de Gaitán, a sangue frio, na porta de sua casa, em 9 de abril de 1948. Todo o mistério que envolve a autoria intelectual do atentado permanece ainda hoje como uma poderosa expressão simbólica de embate ideológico no espaço político colombiano (Sánchez, 1990, p.13). De fato, é, próximo ao local do assassinato, linchado um rapaz (identificado como o autor dos disparos que mataram Gaitán) até a morte, sem que a polícia pudesse interrogá-lo. A cidade, em poucas horas, diante da rápida repercussão do assassinato de Gaitán, se vê tomada por uma massa de manifestantes (organizados por ocasião das reuniões paralelas à Conferência Pan-americana e reforçados pelos “gaitanistas” indignados pela morte do seu líder político) enfurecidos que saqueiam o comércio, enfrentam a polícia e o exército, e incendeiam monumentos e prédios públicos, dentre os quais a Embaixada dos EUA⁷⁹ (Meertens, 2000, p.136). A Conferência Pan-americana é suspensa e uma força militar especial, apoiada pelo Partido Liberal, convocada por Ospina Pérez para conter os “subversivos”. Três dias após o início das ações violentas, em 12 de abril, as expressões de violência são parcialmente controladas pelas forças militares e uma coalizão entre liberais e conservadores condena os atos de vandalismo e acusam os soviéticos de serem os autores intelectuais do *Bogotazo* (Eastman, 1979). Em 14 de abril, os trabalhos na Conferência Pan-americana são reabertos, já com uma indicação clara de que a América necessita de um plano de segurança coletiva para conter a expansão do comunismo na região⁸⁰, que seria proposto no final do mês no Pacto de Bogotá⁸¹. A partir de então, a Colômbia se torna, nos discursos internacionais, um território de violência legítima no combate à ameaça comunista. Ou seja, internacionalmente, a imagem de “guerreiro justo” do Estado colombiano é reforçada.

⁷⁹ Evento que ficou conhecido como *Bogotazo*.

⁸⁰ Ressalte-se a declaração do Senador norte-americano Joseph McCarthy, considerando o *Bogotazo* um exemplo da insegurança regional diante da ameaça comunista.

⁸¹ Em: <www.icdc.com/~paulwolf/gaitan/gaitan.htm>.

A forte repressão dos grupos insurgentes em Bogotá intensifica a violência no campo, que já ganha contornos de luta armada desde 1946⁸² (Vidales, 1997). Os militantes liberais radicais, nessa oportunidade, já com apoio dos dirigentes do Partido Liberal partem para o campo, onde formam guerrilhas (principalmente entre os camponeses) com o objetivo de combater as milícias organizadas pelos fazendeiros (Rojas, 2000, p.78). Os fundamentos políticos da violência, colocados a partir da oposição entre “povo” e “elites”, se diluem em vários projetos militaristas de poder cooptados por liberais e conservadores, que se realizam a partir de um contínuo de violências contra a maioria da população colombiana. Esse período, em que morreram aproximadamente 200.000 pessoas, em toda a Colômbia, é conhecido como *La Violencia* (Roldan, 1998, p.3).

Embora as guerras civis do século XIX tenham impactado direta e indiretamente na vida das mulheres, o período de *La Violencia* inaugura novas formas de utilização dos seus corpos na lógica de reprodução da violência. As mulheres são lidas como portadoras da semente “inimiga”, o que as torna vulneráveis a violências sexuais e execuções em nome do objetivo de eliminação do outro antagônico. Ou seja, a violência contra as mulheres se coloca como um instrumento de humilhação e de contenção do inimigo. Assim, as mulheres não são mais vistas como alienadas dos conflitos políticos entre masculinos militares, cabendo-lhes recolher os restos que sobram das recorrentes batalhas e seguir sua missão de reprodução. Seu corpo é politizado como o lugar da violência legítima contra o outro “opressor”. O corpo das mulheres é inventado como arma de guerra e potencial reprodutor da semente do que se concebe como ilegítimo, imoral e injusto.

En el siglo XX, se hizo presente una dimensión nueva del conflicto armado que lo diferencia de las guerras civiles del siglo XIX: mientras en estas últimas se trataba predominantemente de confrontaciones entre ejércitos de hombres que arrojaban víctimas masculinas, durante la Violencia se involucraba en mayor medida la población civil y por primera vez las víctimas se distribuían sistemáticamente en ambos sexos. Las masacres perpetradas por los bandoleros, en las que exterminaban a familias campesinas enteras, involucraban a las mujeres, no como simples víctimas por añadidura, sino en virtud de su representación del enemigo. Su muerte

⁸² Carlos Vidales (1997) identifica a criação de grupos de autodefesa armada em algumas regiões a partir de 1946, ou seja, antes do assassinato de Gaitán, quando líderes camponeses comunistas se auto-proclamam defensores da população camponesa contra as violências promovidas pelos latifundiários e pelo Estado.

violenta y frecuentemente su violación, tortura y mutilación en estado de embarazo, exacerbaban esta condición simbólica, resumida en una sola expresión de la época: ‘no hay que dejar ni la semilla’. A las mujeres, se les veían exclusivamente en su condición de madres, es decir, como actuales o potenciales procreadoras del rival odiado (Sánchez & Meertens, 2006, p.18).

Nesse contexto, as mulheres se tornam vítimas da violência pela condição que havia historicamente constituído sua identidade: a reprodução. Ou seja, por serem aquelas que geram, concebem e cuidam, elas são entendidas como uma ameaça ao pensamento único que impõe a negação e eliminação do diferente masculino e militarizado que confronta o poder político do *self* também masculino ou militarizado. Paradoxalmente, essa violência contra a capacidade reprodutiva das mulheres reforça a sacralidade da maternidade no pensamento social colombiano. Ou seja, desloca o dever de proteção das instituições políticas (Estado, partidos e grupos armados) para os corpos das mães, guardiãs do sagrado compromisso com a vida dos seus seres queridos.

Diante das narrativas do terror geradas pelo conflito, um pacto entre liberais e conservadores é realizado pra salvar a soberania do projeto de civilização colombiana. As descrições do conflito, sobre o qual as forças do governo já não têm qualquer controle⁸³, começam a ecoar no espaço internacional como uma expressão do enfraquecimento do Estado colombiano diante da força do “inimigo” comunista. Esse pacto afasta Laureano Gómez⁸⁴ da presidência, pelas suas medidas autoritárias e sua omissão em relação à violência rural, e promove, em 1953, a ascensão do militar Rojas Pinilla ao poder. O governo de Rojas Pinilla, na visão das alas moderadas dos Partidos liberal e conservador, deve cumprir dois papéis (Meertens, 2000, p.141). O primeiro diz respeito a (re)assimilação dos interesses populares pelos dois partidos políticos, através da imagem de neutralidade e autoridade de Pinilla. O segundo é assegurar a confiança internacional na capacidade da Colômbia de lidar com as turbulências internas, já que Pinilla era conhecido dos norte-

⁸³ Conforme explica Cynthia Watson (2000), muito pela própria estratégia do governo conservador, que manteve, enquanto conseguiu resistir às pressões internacionais e internas, as forças armadas nacionais afastadas do conflito no campo. Enquanto isso, paradoxalmente, o governo colombiano foi o único país sul-americano a enviar tropas para a Guerra da Coreia. Os conservadores, em especial Laureano Gómez, pareciam acreditar na eficiência da violência das milícias fazendeiras, que em outras oportunidades já haviam abafado violentamente as manifestações populares nos espaços rurais. Entretanto, diante da explosão da violência e da sua repercussão internacional, o governo conservador, à revelia de Laureano Gómez, seria obrigado a ceder espaço para os liberais moderados.

⁸⁴ Conservador radical que havia sido eleito em 1949, sob acusações de fraude.

americanos por haver recebido treinamento de guerra nos EUA e servido como delegado das Nações Unidas. Diante dessas circunstâncias, os partidos políticos ratificam, pela primeira e única vez na história, a interrupção temporária da democracia formal, legitimando a ditadura militar de Rojas Pinilla.

Os objetivos das elites políticas conservadora e liberal são parcialmente atingidos. Ainda em 1953, Rojas Pinilla consegue promover uma cerimônia de entrega das armas por parte das guerrilhas liberais, o que acalma as pressões externas sobre o governo colombiano. Tal fato renova o apoio dos partidos ao governo de Rojas Pinilla por um período de quatro anos, compreendido entre 1954 e 1958 (Pécaut, 2006, p. 42). Entretanto, a anistia proposta em 1953 é recebida com cepticismo entre alguns setores populares armados, que desconfiam da proposta de “paz” do governo militar. Ou seja, alguns movimentos insurgentes importantes, em nome da prudência militar⁸⁵, mantêm-se armados e mobilizados. Esses grupos, dentre os quais está o comandado por Manuel Marulanda na Marquetália, tornar-se-iam durante a Frente Nacional os principais focos da violência do exército colombiano. Rojas Pinilla se afasta progressivamente dos interesses das elites conservadoras e liberais, na medida em que propõe a criação de um projeto político militar alternativo aos dois partidos tradicionais (Meertens, 2000, p.142). Tal fato gera a revolta dos principais líderes dos partidos Conservador (Laureano Gómez e Ospina Pérez) e Liberal (Lleras Camargo), que abandonam a Assembléia Nacional e colocam em pauta um processo alternativo, que é conhecido como Frente Nacional (Meertens, 2000, 14). Interessante observar como as inconciliáveis diferenças entre conservadores e liberais, que haviam justificado a generalização da violência até então na Colômbia, são transformadas no discurso das elites intelectuais de modo a reconstruir a legitimidade do monopólio dos dois partidos sobre os significados e práticas políticas colombianas. A posição dos “guerreiros justos” e os fundamentos de sua luta são minimizados quando o que está em jogo é a garantia do poder.

A Frente Nacional é apresentada como um Pacto, um esforço mútuo, firmado entre aqueles autorizados (ainda homens, brancos e distintamente educados), pela sua história política e capacidade intelectual, a determinar os

⁸⁵ Expressão da racionalidade militar nos movimentos insurgentes revolucionários.

caminhos da preservação do caráter republicano e democrático da Colômbia. A composição entre os partidos tradicionais define a “civilizada” alternância de poder entre liberais e conservadores (Pécaut, 2006, p.47). Na prática, é definido um sistema em que os cargos burocráticos eram partilhados e a presidência exercida em sistema de rodízio. Uma vez definido o plano de execução da Frente Nacional, liberais e conservadores realizam uma aliança com os militares para destituir Rojas Pinilla do poder, o que ocorre em 10 de maio de 1957. Rojas Pinilla retira-se do país em acordo com a Junta Militar,⁸⁶ que governa o país entre maio de 1957 e agosto de 1958 (Pécaut, 2006, p.42). O papel da Junta Militar é o de promover um referendo popular à “redemocratização” nos moldes definidos pelos idealizadores da Frente Nacional. Dessa forma, realiza-se em primeiro de dezembro de 1957 um referendo, em que aqueles que podem votar⁸⁷ (em geral as classes médias urbanas, já que os espaços rurais permanecem em continuada violência), traumatizados pelos anos de terror vividos em nome da disputa entre liberais e conservadores, posicionam-se a favor do modelo de alternância bipartidária proposto pela Frente Nacional. Assim, em 1958, chega ao poder o primeiro presidente eleito pela Frente Nacional, o liberal Lleras Camargo.

A exclusão formal dos projetos políticos alternativos representa um instrumento legal de cooptação das demandas políticas dos movimentos camponês, operário e indígena, que somente podem ter voz no Congresso se integram as listas liberais ou conservadoras, filiando-se e comprometendo-se com os princípios dos partidos tradicionais. Esse movimento perverso de apropriação das identidades que haviam se formado nas experiências de luta da primeira metade do século XX reforça o discurso do Partido Comunista de ruptura com o sistema político vigente. “The frustration caused by an electoral agreement which permits only two indistinguishable parties to compete is one reason why revolutionaries feel impelled to destroy the existing system by force” (Gott, 1970, p.169). Dessa forma, desde o período da *Violencia*, ganha força nos movimentos sociais a idéia de dar ao Partido Comunista um caráter

⁸⁶ Junta militar formada por cinco alto comandantes do Exército e da Polícia Nacional, que compunham um governo de transição.

⁸⁷ Vale ressaltar que é nessa oportunidade que as mulheres votam pela primeira vez na Colômbia. O sufrágio feminino havia sido reconhecido por Rojas Pinilla somente em 1953.

mais revolucionário⁸⁸, que não permita um novo modelo de manipulação das camadas populares pelos centros do poder. Em outras palavras, significa a construção da identidade de “guerreiros justos” por alguns setores dos movimentos sociais⁸⁹. A Frente Nacional, o alinhamento com os EUA e as diretrizes anticomunistas do governo de coalizão reforça a representação do espaço político colombiano como uma farsa, apoiada pela principal potência internacional, que somente poderia ser rompida pela luta armada (“a guerra justa”):

En Colombia, donde se habla con tanta naturalidad de la democracia representativa y sólo hay dos partidos políticos que se distribuyen el poder mitad y mitad durante años, de acuerdo con una democracia fantástica, la oligarquía colombiana ha llegado al summum de la democracia, podemos decir. Se divide en liberales y conservadores y en conservadores y liberales; cuatro años uno y cuatro años otros. Nada cambia. Esas son las democracias de elecciones; esas son las democracias representativas (Che Guevara, 1964).

As tentativas de “popularização” do sistema político colombiano, através das reformas liberais de López Pumarejo e das idéias políticas de Jorge Eliécer Gaitán, são abandonadas em nome de um novo caminho para a civilização, que unia liberais e conservadores: a destruição da “ameaça comunista”. O dilema da dupla existência da verdade entre liberais e conservadores, ou seja, da disputa entre “guerreiros justos” pelo caminho que conduz à civilização das relações sociais colombianas, é resolvido pela personificação da ameaça ao progresso do Estado na categoria “comunista”. Esse novo modelo de exclusão estatal é autorizado pela renovação da fronteira entre o espaço rural “incivilizado” (comunista, violento e tradicional) e o espaço urbano “civilizado” (capitalista, democrático e progressista).

3.4. As fronteiras de exercício do poder político republicano – as “duas Colômbias” no discurso do “guerreiro justo” nacional:

Desde as guerras civis do século XIX, as elites políticas colombianas, em disputa, vinham usando uma estratégia para manter o lugar do poder na forma importada das experiências européias. O discurso de acomodação da violência no projeto político de civilização se dá pela construção de duas

⁸⁸ Questão levantada por ocasião da Conferência de Boyacá, em 1952.

⁸⁹ Dentro do contexto de organização da insurgência política na América Latina no pós Revolução Cubana (Wickham-Crowley, 1992, p.130).

Colômbias: uma urbana, democrática e educada; e outra rural, violenta e irracional. Na impossibilidade de estabilizarem seu poder em toda a extensão imaginada como Colômbia, os homens crioulos reimaginam novos territórios de legitimidade do poder político. Ou seja, transferem sua incapacidade de serem “racionais” e “civilizados” para o campo colombiano. A grande extensão de terras habitadas por “selvagens”, ou consideradas inabitadas, justifica uma política de recolonização do território colombiano, apoiada tanto por liberais quanto por conservadores. Esse projeto reflete uma continuidade com o pensamento colonial, que associa a “civilização” ao encontro entre o moderno (colonizador) e o selvagem (colonizado). O desejo de pertencer à “civilizada” sociedade internacional serve de fundamento para o desenvolvimento de um sistema agrário excludente e desigual, que favorece a difusão da cultura da violência no campo (Kay, 2001, p.743). A violenta ocupação ibérica na América Latina, que estabelece uma política rural de grandes propriedades, é herdada pelas elites políticas pós-independência, que apenas adaptam a funcionalidade desses latifúndios ao desejo de criar um ambiente favorável aos seus respectivos projetos de poder. Civilizar o país significa continuar a colonizar as áreas “selvagens” e embutir na população rural o sentido de contribuir para o progresso econômico da nação, recém formada.

Assim, longe de ser uma criação das elites políticas no pós-independência, o sistema agrário colombiano é inventado no período colonial, através da concentração das terras nas mãos de poucos senhores e na exploração da mão-de-obra miserável e desesperada. Entretanto, os homens, crioulos e letrados não apenas reproduzem o modelo colonial de ocupação, mas o sedimentam, através de um sistema de leis que estabelece um novo princípio de organização das relações sociais rurais: a propriedade privada (Rojas, 2000, p. 70). O processo de transferência de propriedade para particulares, legitimado pela força da lei, realiza-se por meio de “retribuições” aos serviços prestados à nação pelos colaboradores dos partidos liberal e conservador durante as guerras civis. Um sistema de privilégios legitimado por leis que pretensamente visam ao interesse coletivo de modernizar o campo, civilizar os “selvagens” que ocupam terras improdutivas e acomodar os interesses de liberais e conservadores, controlando a violência (Posada, 1987, p.44). Nesse contexto, fundamentam-se as bases oligárquicas e clientelistas das relações rurais colombianas, que

demarcam até os dias de hoje, as fronteiras entre o espaço em “processo de civilização” de relativo controle do Estado (cidades) e o espaço “selvagem” de auto-defesa (campo):

Durante el siglo XIX los gobiernos republicanos establecieron como norma de otorgamiento de títulos de baldíos, los cuales comprendían extensos territorios de selva e ignoraban la existencia de indígenas, de metales preciosos y recursos naturales valiosos. Los beneficiarios de tales títulos fueron generales e financistas de los ejércitos del partido victorioso al final de cada guerra civil. Algunos de estos títulos se negociaron a muy bajo precio, pero se convirtieron para sus poseedores en verdaderas loterías, cuando se descubrían riquezas naturales o cuando los colonos campesinos descuajaban la selva y lograban establecer una pequeña fundación agrícola familiar. Bastaba hacer valer el título con el respaldo de la fuerza pública y quedaba fundada una hacienda (Rojas, 2000, p.74).

De início, a ocupação das terras é realizada a partir do reconhecimento de laços de parentesco e lealdade política entre os fazendeiros⁹⁰ e as autoridades políticas municipais (Rojas, 2000, p.77). Assim, são fundadas as fazendas⁹¹ e definidas as relações de produção agrícola na Colômbia, que em muitos espaços subsistem nos dias de hoje. Aos índios (principalmente), mestiços, mulatos e negros que ocupam as terras, mas não detêm título de propriedade, restam alternativas limitadas: deslocarem-se ou submeterem-se ao trabalho em regime de servidão.

“Como los indios fueron quedando sin tierras donde hacer sus rozas, entonces el terrateniente les ‘cedía’ un lote de terreno, por cuyo uso el indígena se obligaba a pagar un terraje, consistente en la realización de un trabajo gratuito de hasta cinco días semanales en labores de tumar montaña, establecer cultivos y recolectar cosechas” (Rojas, 2000, p.77).

O problema para as elites políticas colombianas reside na necessidade de conciliar as relações sociais feudais no espaço rural e o objetivo de modernização da economia e de inserção da Colômbia no sistema econômico internacional. Nesse contexto, o papel dos fazendeiros no processo de “civilização” é tido como fundamental. Tais fazendeiros são definidos nos discursos das elites políticas colombianas como “missionários” que aceitam o desafio de deslocar-se para terras “selvagens” e desconhecidas para conduzir a Colômbia ao seu lugar no sistema econômico internacional. Ou seja, são apresentados como condutores do processo de civilização, o que justifica o seu direito de auto-defesa.

⁹⁰ Tradução livre de *haciendado*.

⁹¹ Tradução livre de *hacienda*.

Dessa forma, a representação da nação civilizada torna legítima a narrativa de expropriação das práticas tradicionais e de subsistência daqueles que ocupam originalmente os territórios recolonizados. Em nome da “civilização”, o processo de recolonização territorial, sob o fundamento de desenvolver as relações sociais no campo e consolidar a posição da Colômbia na economia internacional, estabelece um sistema neo-feudal, centrado em relações sociais que reforçam a percepção das elites políticas colombianas de espaço não-civilizado (Melo, 1990, p.33). Paradoxalmente, o desejo de “civilizar” o espaço rural, através do estímulo à produção agrícola para exportação, é o impulso necessário para tornar legítimas relações de trabalho forçado, clientelismo e violência.

O paradoxal modelo de “civilização bárbara” do espaço rural pode ser entendido pela dependência econômica das elites políticas dos recursos provenientes dos fazendeiros⁹², que se tornam rapidamente a mais próspera classe da Colômbia. De acordo com Rojas (1995), as elites políticas da Colômbia, no século XIX, diferente do que ocorre em outros espaços da América Latina, não derivam seu poder do controle dos recursos materiais, mas sim da sua posição intelectualmente privilegiada. “The group that emerged triumphant from independence, and who led these reforms, did not derive its power from the ownership of capital or from the control of strong armies” (Rojas, 1995, p. 200). O poder das elites políticas que dirigem a Colômbia deriva das estratégias discursivas que autorizam o exercício do poder de alguns privilegiados em nome de todos. Entretanto, a dupla dimensão desse ideal de civilização, representada no conflito entre liberais e conservadores, é sustentada por um sistema de guerra que depende da criação de laços com o “não civilizado” espaço rural.

As inúmeras guerras civis do século XIX, idealizadas pelas elites políticas como um conflito ideológico entre liberais e conservadores, são materializadas a partir de dois elementos: o apoio financeiro dos fazendeiros e

⁹² A riqueza dos fazendeiros foi conseguida, como explica José María Rojas (2000), pela exploração do trabalho daqueles que não tinham título de propriedade (mulheres, índios, negros e mulatos, principalmente) a título de ‘arrendamento’ (no sistema de servidão) e pela exploração de recursos naturais que se encontravam disponíveis nas fazendas. Em geral, as elites políticas urbanas, ao fornecerem títulos de propriedade a preços simbólicos, desconheciam a existência de recursos naturais, bem como a ocupação das terras por pequenos agricultores e comunidades. Tal sistema permitiu que os fazendeiros se tornassem a mais influente classe no sistema político colombiano.

os corpos dos mestiços, negros, índios e mulatos na luta armada (Rojas, 1995, p. 217). Dessa forma, legitima-se, ao fim do século XIX, a existência de duas Colômbias interdependentes: uma que pretende ser moderna e outra que se assume como feudal. A primeira urbana, alfabetizada, em que a violência é justificada pela necessidade de conduzir os colombianos ao “bom” caminho da civilização e do progresso, através da educação e do estado de direito. Outra feudal, controlada por poucos fazendeiros, dissidentes das elites políticas urbanas, e ocupada por uma massa de índios, negros e mestiços analfabetos, contra quem múltiplas violências são autorizadas em nome dos interesses econômicos, morais e políticos contingentes aos conflitos entre liberais e conservadores.

A disputa pelo monopólio da civilização entre as elites políticas colombianas respalda uma aliança com grandes proprietários, neocolonizadores do espaço político colombiano. A produção em grande escala para o mercado externo serve aos interesses econômicos imediatos das elites políticas, especialmente em dois aspectos. Em primeiro lugar, permite realizar o que nas narrativas de “civilização” recuperadas do pensamento europeu representa uma das condições de desenvolvimento humano e progresso econômico: a colonização de grandes extensões de terra. Um dos principais discursos, no século XIX, sobre o progresso associa o ideal de civilização à capacidade de “humanização” e “modernização” de espaços selvagens⁹³. Esse discurso é traduzido de modo a representar a “naturalidade” da relação entre a escassez de capital humano “civilizado”, capaz de se integrar às relações produtivas, e a criação de grandes latifúndios (Rojas, 2002, p.104). As relações de indígenas, mulheres, negros, mestiços e mulatos com a terra não é entendida como colonização, tendo em vista o caráter pouco incisivo e transformador das práticas usadas para ocupar a terra (Rojas, 2002, p.70). Ou seja, para além das dimensões raciais, sexuais e educacionais presentes nos discursos das elites dirigentes colombianas, a exclusão, a expropriação e as violências diretas exercidas são legitimadas por uma essencialista associação das identidades negra, indígena, feminina e mestiça com a pré-modernidade. Nos discursos das elites políticas, as violências exercidas pelos fazendeiros contra os “sem

⁹³ Um dos componentes da racionalidade associada à masculinidade hegemônica.

propriedade” são autorizadas pela recuperação das experiências históricas européias, que sustentam a tese de evolução social. A modernização (entendida como transformação da natureza) e a civilização viriam para os colombianos como vieram para os europeus.

O segundo aspecto que justifica a estreita relação entre fazendeiros e políticos é, conforme já mencionado, a dependência econômica dos crioulos letrados de uma oligarquia rural. Ou seja, em um contexto em que o poder político se reproduz prioritariamente através da violência, a subsistência do projeto de civilização das elites pressupõe a existência de um motor econômico sustentável e não burocrático. A contrapartida do apoio financeiro aos partidos se dá através da penetração de alguns latifundiários no espaço político, bem como no estabelecimento de contratos informais entre os líderes políticos e os senhores de terra, de modo que os interesses desses não fossem ameaçados. As possibilidades de inclusão e exclusão desses trabalhadores estão condicionadas às possibilidades geradas pela relação entre o senhor da terra e os políticos em conflito (Obregón, 2002, p.46). Em geral, os trabalhadores são compelidos a seguir as lealdades políticas do seu colono, sob pena de serem expulsos das terras em que trabalham. Muitos se vêem forçados a integrar milícias para defender interesses políticos de aliados do senhor a quem servem. No próximo capítulo, discutiremos como essas fronteiras entre o campo e a cidade ajudam a consolidar o poder político das elites liberais e conservadoras no período da Frente Nacional. Do mesmo modo, discutiremos a fundação de novos espaços de exercício legítimo da violência, a partir da interseção entre as “guerras justas” internacionais e os “guerreiros justos” colombianos.